



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DO CHAMAMENTO Nº 001/2024

Ata de reunião instalada pela Secretaria Municipal de Administração para receber propostas e documentos relativos a Chamada Pública 001/2024, referentes ao Processo Administrativo nº 06957/2024. Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e quatro, às **10:00 (dez)** horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Administração, sito à Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Centro, reuniu-se a Srª. Flaviana Medeiros Lameira Ribeiro, para sob a sua condução, deliberação e decisão, com a finalidade a seguir definida juntamente dos membros Régis Silveira da Silva, Everton Ferreira Machado, Rúbia Esteves Machado Braga, Ana Paula Magrani Cunha e Rodrigo Gama, para tratar assuntos sobre a **Chamada Pública nº 001/2024**, cujo objeto é aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, com dispensa de licitação, conforme §1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e Resoluções do FNDE relativas ao PNAE, Lei nº 11.326/2006, regulamentada pela Resolução FNDE/CD/FNDE nº 06/2020, Resolução nº 2/2023, e atual Lei nº 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes, destinados à Merenda Escolar para os anos letivos de 2024, do programa PNAE (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos), conforme especificações e quantidades discriminadas no Termo de Referência.

O aviso de Chamada Pública foi publicado no Diário Oficial do Município no dia 19.06.2024, Jornal O Dia de 20.05.2024 e Diário Oficial da União do dia 20.06.2024. Estando o edital disponibilizado no site: www.sjvriopreto.rj.gov.br – menu licitações.

Informo que a participação ocorreu através de protocolo eletrônico através do endereço: <https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/home>, conforme processos abaixo informados:

- ASSAF-SJVRP ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO (GRUPO FORMAL), processo flowdocs nº 11317/2024
- GRUPO INFORMAL DE MULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR, processo flowdocs nº 11336/2024
- JOSE ANTONIO RIBEIRO PINTO (fornecedor individual), processo flowdocs nº 11319/2024

A Chamada Pública nº 01/2024 para Agricultura Familiar ocorreu no período informado (15/07/2024 a 05/08/2024), e teve como participantes as empresas ASSAF-SJVRP ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO (GRUPO FORMAL), GRUPO INFORMAL DE MULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR e JOSE ANTONIO RIBEIRO PINTO (fornecedor individual).

Abertos os trabalhos, a srª. Flaviana Medeiros Lameira Ribeiro informou os processos pertinentes a da empresa, bem como os documentos e projetos de vendas apresentados por cada um deles, dos agricultores sendo classificados conforme abaixo:

01 – ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – ASSAF SJVRP (GRUPO FORMAL), CNPJ nº: 15.572.085/0001-50, representado pelo Sr. Guilherme da Costa Chaves, inscrito no CPF nº 119.064.757-50.

02 - GRUPO INFORMAL DE MULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR (GRUPO INFORMAL), representado pela Sra. Jenifer Soares Medeiros, inscrito no CPF nº 150.557.347-52.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03 - JOSE ANTONIO RIBEIRO PINTO (FORNECEDOR INDIVIDUAL), representado pelo Sr. José Antonio Ribeiro Pinto, inscrito no CPF nº CPF 012.093.957-62.

Ato contínuo, essa Comissão informa que o GRUPO INFORMAL DE MULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR, através das participantes Jenifer Soares Medeiros, Jessica da Silva Carvalho e Idaiane dos Santos apresentaram o projeto de venda com 30% por item "AGROECOLOGICO" acima do limite informado no edital. Como não foi previsto em edital, solicitando itens "AGROECOLOGICO", tão pouco, com valores superiores de 30%, o processo foi enviado a Procuradoria Geral do Município para análise quanto ao exposto, ressaltando que a reserva orçamentário foi feita baseado no valor estimado do edital. Foram enviados juntamente os documentos com as propostas de vendas de cada participante.

Ato Contínuo, essa Comissão informa a seguir parte do parecer da Procuradoria Geral do Município:

(...)

Dessa forma, a Lei 12.512/20111 previa, em seu art. 17, parágrafo único, a possibilidade de acréscimo de até 30% sobre o valor do preço estimado para alimentos convencionais quando o produto ofertado fosse agroecológico, tendo sido tal dispositivo legal revogado pelo art. 46, III da Lei 14.284/21, além de que se tratava de mera possibilidade (faculdade), a critério da Administração Municipal, de acrescentar ao preço estimado para alimento agroecológico, que deveria, ainda, estar previsto no edital, o que de fato não ocorreu.

Diante do exposto, considerando a revogação do benefício ao agricultor agroecológico, opino pelo indeferimento, devendo ser mantidos os preços estimados no chamamento público e adjudicadas as propostas mais vantajosas à Administração.

Ato Contínuo, diante do parecer da Procuradoria Geral do Município essa Comissão opina pela convocação do **GRUPO INFORMAL DE MULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR (GRUPO INFORMAL)**, representado pela Sra. Jenifer Soares Medeiros, para manifestação sobre o exposto, inclusive, que se manifeste se há interesse nos itens com os valores informados em edital pela Administração e, em caso positivo, enviar novo projeto de vendas com preço ajustado ao edital e, em caso negativo, que o referido grupo será desclassificada para os itens cotados acima do valor estimado. Ressalto que isso não se aplica aos Itens 22, 23 e 24 que foram cotadas com os valores conforme edital. Tal decisão foi baseada nos Art. 27 e 29 Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, que diz:

Art. 27

(...)

§5º Na ausência ou irregularidade de qualquer desses documentos, fica facultado à EEx. a abertura de prazo para a regularização da documentação, desde que esteja previsto no edital da chamada pública.

Art. 29

§1º O preço de aquisição será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, territorial, estadual ou nacional, nessa ordem,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

priorizando a feira do produtor da Agricultura Familiar, quando houver.

(...)

§3º O preço de aquisição deverá ser publicado na chamada pública.

Ato contínuo, a Srª. Flaviana Medeiros Lameira Ribeiro deu por habilitada até o presente momento, as entidades 01 – ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – ASSAF SJVRP (GRUPO FORMAL) e 03 - JOSE ANTONIO RIBEIRO PINTO (FORNECEDOR INDIVIDUAL). Informo que a ata final contendo os vencedores de cada item através de projeto de venda será disponibilizada após o prazo concedido, tendo em vista a necessidade de aguardar pronunciamento do GRUPO INFORMAL DE MULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR para o possível aceite nos valores constantes em edital. Tal decisão foi baseada nos Art. 29 Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, que diz:

(...)

§4º O projeto de venda a ser contratado deverá ser escolhido conforme os critérios estabelecidos pelos arts. 24 e 25.

Ato Contínuo, tal decisão, também, foi baseada na Cartilha **PNAE – FNDE**, Página 16 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, que diz:

“Para as chamadas públicas que contemplem a compra de produtos orgânicos ou agroecológicos, a Entidade Executora poderá realizar pesquisa de preços específica para os alimentos orgânicos ou agroecológicos a serem adquiridos, se assim especificados.

*Caso a chamada pública não seja específica para produtos orgânicos ou agroecológicos, e/ou não seja realizada uma pesquisa específica para os produtos orgânicos e agroecológicos, o gestor tem a **possibilidade**, considerando-se a pesquisa de preços dos produtos convencionais, de acrescentar os preços de tais alimentos em até 30% dos preços estabelecidos para os produtos convencionais.”* (grifo nosso)

Baseada, ainda, no Art. 29, §4º, da Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015, que altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução CD/FNDE nº 26, de 17/06/2013, que diz:

(...)

§4º Na impossibilidade de realização de pesquisa de preços de produtos agroecológicos ou orgânicos, a EEx. **poderá** acrescentar aos preços desses produtos em até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

produtos convencionais, conforme Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. (grifo nosso)

Ou seja, a legislação pertinente permite a possibilidade acrescer na pesquisa de preço o valor em 30 %, desde que constante no edital, o que não o caso da presente Chamada Pública.

Ato Contínuo, informo que a presente Ata será disponibilizada no processo flowdocs nº 11336/2024 para ciência e manifestação do **GRUPO INFORMAL DE MULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR** no prazo de 48 (quarenta e oito) horas), bem como, será publicação do Diário Oficial do Município.

Ato Contínuo, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, que segue adiante devidamente assinada. São José do Vale do Rio Preto, aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e quatro, às doze horas e dez minutos.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO – Presidente

RÉGIS SILVEIRA DA SILVA – Membro

RÚBIA ESTEVES MACHADO – Membro

EVERTON FERREIRA MACHADO – Membro

RODRIGO GAMA - Membro